



FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

KARINE NASCIMENTO PADILHA

**IFRS Para Pequenas e Médias Empresas: Um Estudo
Sobre o Nível de Conhecimento dos Profissionais
dos Escritórios Contábeis de Ariquemes-RO.**

ARIQUEMES-RO

2019

Karine Nascimento Padilha

**IFRS Para Pequenas e Médias Empresas: Um Estudo
Sobre o Nível de Conhecimento dos Profissionais
dos Escritórios Contábeis de Ariquemes-RO.**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA, como requisito parcial a obtenção do título de bacharelado em Ciências Contábeis.

Orientadora Prof^a. Ms. Tatianne Aparecida de Oliveira Cardoso

ARIQUEMES-RO

2019

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Júlio Bordignon - FAEMA

P123i PADILHA, Karine Nascimento.

IFRS para pequenas e médias empresas: Um estudo sobre o nível de conhecimento dos profissionais dos escritórios contábeis de Ariquemes-RO.. / por Karine Nascimento Padilha. Ariquemes: FAEMA, 2019.

32 p.; il.

TCC (Graduação) - Bacharelado em Ciências Contábeis - Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA.

Orientador (a): Profa. Ma. Tatianne Aparecida de Oliveira Cardoso.

1. Contabilidade Internacional. 2. Pequenas e médias empresas. 3. CPC PME. 4. Profissionais Contábeis. 5. .. I Cardoso, Tatianne Aparecida de Oliveira. II. Título. III. FAEMA.

CDD:657.

Bibliotecário Responsável

Karine Nascimento Padilha

**IFRS Para Pequenas e Médias Empresas: Um Estudo
Sobre o Nível de Conhecimento dos Profissionais
dos Escritórios Contábeis de Ariquemes-RO.**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Contábeis, da Faculdade de Educação e Meio Ambiente como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel.

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Ms. Tatianne Ap. de O. Cardoso
<http://lattes.cnpq.br/1244507918393716>
Faculdade de Educação e Meio Ambiente FAEMA

Prof. Esp. Thyago Vinicius Marques Oliveira
<http://lattes.cnpq.br/8327395586171818>
Faculdade de Educação e Meio Ambiente FAEMA

Prof^a. Esp. Ronaldo Rodrigues Ferreira
<http://lattes.cnpq.br/7763453799803467>
Faculdade de Educação e Meio Ambiente FAEMA

Ariquemes, 17 de outubro de 2019.

Dedico essa trajetória a Deus por ser minha
fortaleza, a minha família e amigos que me
apoiaram e me incentivaram a realiza-lo.
Sem vocês eu nada seria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, por ter me dado forças para superar todas as dificuldades durante esta trajetória e pela realização deste sonho.

Agradeço aos meus pais que me incentivaram em todos esses anos que estive na faculdade e que estiveram sempre presentes comigo, a minha família e amigos que sempre torceram e acreditaram em mim e ao meu namorado pelo apoio e compreensão, e isso tudo me fortaleceu ainda mais.

A minha Orientadora, Prof^a. Ms. Tatianne Aparecida de Oliveira Cardoso, que me auxiliou com empenho e dedicação, durante as etapas deste trabalho e também aos professores e colegas de Curso, pois juntos trilhamos essa etapa importante de nossas vidas.

Enfim, agradeço a todos que, de algum modo, colaboraram para realização e finalização deste trabalho.

RESUMO

A partir do desenvolvimento da economia brasileira quanto aos mercados internacionais, surge uma necessidade de adaptar às normas Internacionais de Contabilidade. O Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC, é o órgão responsável pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas contábeis no Brasil em conformidade com as supramencionadas normas internacionais. O objetivo do presente estudo é identificar se os contadores dos escritórios de contabilidade de Ariquemes do Estado de Rondônia, possuem conhecimento sobre o Pronunciamento Técnico da Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, a NBC TG 1000. Para esta análise, foi aplicado um questionário aos profissionais da contabilidade residentes em Ariquemes/RO. A amostra foi composta por 63 profissionais, onde foram analisados por meio de uma estatística descritiva. O resultado demonstra que 58,41% dos profissionais da amostra possuem conhecimentos sobre o NBC TG 1000 - CPC PME demonstrando um bom resultado, o que confirma que os profissionais da contabilidade estão atentos as novas normas existentes para as empresas de pequeno e médio porte.

Palavras-Chave: Contabilidade Internacional; Pequenas e Médias Empresas; CPC PME; Profissionais Contábeis.

ABSTRACT

From the development of the Brazilian economy compared to international markets, the need arises to adapt to International Accounting Standards. The Accounting Pronouncement Committee (CPC) is the body responsible for accounting pronouncements, guidelines and technical interpretations in Brazil in accordance with the above-mentioned international standards. The aim of this study is to identify whether accountants from Ariquemes accounting offices in the state of Rondônia are aware of the NBC TG 1000 Accounting Technical Pronouncement for Small and Medium Enterprises. For this analysis, a questionnaire was applied to accounting professionals residing in Ariquemes/RO. The sample consisted of 63 professionals, where they were analyzed using descriptive statistics. The result shows that 58.41% of the professionals in the sample have knowledge of the NBC TG 1000 - CPC PME, showing a good result, which confirms that accounting professionals are aware of the new rules for small and medium sized companies.

Keywords: International Accounting; Small and Medium Enterprises; CPC PME; Accounting Professionals.

LISTA DE FIGURAS (GRÁFICOS)

Gráfico 1 – Gênero.....	20
Gráfico 2 – Formação Acadêmica.....	21
Gráfico 3 – Tempo de atuação na área.....	21
Gráfico 4 – Conhecimento sobre NBC TG 1000.....	22

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Conceituação	23
Tabela 2 – Dificuldades	23
Tabela 3 – Adoção	24
Tabela 4 – Diferenças.....	24
Tabela 5 – Notas Explicativas.....	25

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
IAS	<i>International Accounting Statements</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IASC	<i>International Accounting Standards Committee</i>
IFAC	<i>International Federation of Accountants</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IOSCO	<i>International Organization of Securities Commssion</i>
NBC – TG	Normas Brasileiras de Contabilidade – Normas Técnicas Gerais
PME	Pequenas e Médias Empresas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
2 REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1 Contabilidade Internacional	13
2.2 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas	14
2.3 Estudos Correlatos	16
3 OBJETIVOS	18
3.1 Objetivo Geral	18
3.2 Objetivo Específico	18
4 METODOLOGIA	19
5 RESULTADOS	19
5.1 Perfil dos Profissionais	20
5.2 Conhecimento dos Profissionais	22
CONCLUSÃO	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27
ANEXO I	30

INTRODUÇÃO

O *International Financial Reporting Standards* (IFRS) são normas internacionais de contabilidade que foram elaboradas pelo órgão *International Accounting Standards Board* (IASB) tendo por objetivo desenvolver normas padronizadas para todas as empresas baseadas em princípios, para apresentar as demonstrações contábeis (LOURENÇO; BRANCO, 2015). Diante disso, pode-se constatar que, este tem como objetivo melhorar as informações contábeis entre todos os países, isso, facilitando nas interpretações das normas que contribuirá para melhorar a qualidade das informações que influênciam nas tomadas de decisões.

Por vários países estarem seguindo esses padrões de Contabilidade Internacional a IFRS, foi criado no Brasil em 2005 o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), havendo a necessidade de conduzir a convergência, para se adaptar para as normas internacionais de contabilidade (FARIA; SILVA, 2014).

Com o surgimento da convergência da contabilidade aos padrões internacionais fez com que aumentasse a economia brasileira nos mercados internacionais, facilitando assim o entendimento das informações quanto a contabilidade diante dos usuários estrangeiros (FARIA; SILVA, 2014).

Instigado pela adequação da contabilidade internacional no Brasil para grandes empresas de capital aberto, surgiu a necessidade de convergir também a contabilidade para pequenas e médias empresas. Mediante isso, houve a conversão das normas internacionais de contabilidade para as empresas de pequeno e médio porte, emitidas pelo CPC. Esta norma foi aprovada em dezembro de 2009 e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010 (FARIA; SILVA, 2014).

No decorrer de alguns anos, a contabilidade no Brasil passou por algumas dificuldades em questão aos aspectos fiscais, e as empresas de pequeno e médio porte, elaboravam suas demonstrações apenas para atender as exigências dos fiscais (KLEIN JÚNIOR; SOUZA, 2013). Contudo, com a aprovação do CPC PME ocorreram algumas mudanças, onde que surgiu a necessidade de os profissionais contábeis observar com maior clareza as regras societárias, uma vez que, os profissionais precisam ter responsabilidade dos registros das transações econômicas da contabilidade nas empresas, e não apenas os registros determinados pelo o fisco.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CONTABILIDADE INTERNACIONAL

O *International Accounting Standards Committee (IASC)*, ou Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade foi criado na Europa em 1973, por uma organização privada de Londres, onde foi elaborada normas para ser utilizada na preparação das demonstrações contábeis financeiras das organizações (LOURENÇO; BRANCO, 2015).

De 1975 a 1984, o IASC buscou ajuda de outros organismos internacionais, formando um grupo consultivo. Alguns anos depois, o IASC teve apoio da *Financial Accounting Standards Board (FASB)*, um órgão que é responsável pela normatização da contabilidade norte-americana, da Comissão Europeia e do *International Federation of Accountants (IFAC)*. Em 1995, o IASC concentrou-se na revisão das *International Accounting Statements (IAS)* tendo o intuito de ter um apoio da *International Organization of Securities Commission (IOSCO)* para adoção das normas internacionais para as companhias listadas nas Bolsas de Valores (COSTA; PAULO, 2014).

Após uma reestruturação na IASC em 1999, acabou o vínculo que se tinha com a IFAC. Diante deste acontecimento, deu-se início a formação do *International Accounting Standards Board (IASB)*, como sendo um órgão privado e sem fins lucrativos, onde tornou-se o principal organismo internacional de pronunciamentos de práticas e normas internacionais de contabilidade (COSTA; PAULO, 2014). Foi então em abril de 2001, que começou a redirecionar a estrutura organizacional, dando início a *IASB*, como sendo o órgão sucessor do IASC, para a emissão das normas internacionais de contabilidade (OLIVEIRA et al., 2008).

Com todos os pronunciamentos contábeis internacionais publicados pelo IASB começaram a ser chamado de *International Financial Reporting Standards (IFRS)* que significa Normas Internacionais de Informação Financeira. Este órgão tem o objetivo de criar um padrão único em nível mundial de normas contábeis, tendo em vista o crescimento da economia (COUTINHO; SILVA, 2013).

A IFRS passou a ser utilizada por essa expressão para designar um conjunto de normas, tornando representativa para vários países. A norma se tornou um conjunto único de princípios contábeis para os usuários de contabilidade, aceito e aprovado internacionalmente, por assim colaborar na melhoria das informações que

influencia nas tomadas de decisões, e por ser uma forma mais clara da interpretação das demonstrações financeiras (COSTA; PAULO, 2014).

A IFRS começou a ser aplicada no Brasil em 2005, onde foi constituído o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Este comitê é responsável pela convergência das normas internacionais de contabilidade que serão aplicadas no cenário brasileiro.

Neste contexto, o objetivo da Resolução CFC nº 1.055 de 2005 é:

“o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais” (BRASIL, 2005).

A contabilidade brasileira só tornou realidade com a promulgação da Lei nº 11.638/07 que reformulou a contabilidade societária do país regulada pela antiga Lei das S/A nº 6.404/76, após 31 anos de vigência (JESUS et al, 2015). Desse modo, as práticas contábeis no Brasil começaram a ser modificadas por causa da convergência das normas contábeis brasileira para o padrão do IFRS.

2.2 CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Em julho de 2009, o IASB aprovou a primeira norma específica para as empresas de pequeno e médio porte, o IFRS para Pequena e Médias Empresas – PME. Este pronunciamento foi organizado tendo em vista as necessidades que possuem as empresas em obter um controle nas demonstrações contábeis e financeiras, e ainda o desenvolvimento destas. Por isso, foi criado o Pronunciamento Técnico PME, para elaboração das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas. Salienta-se que mesmo após a publicação da norma, as empresas não teriam obrigatoriedade das publicações das demonstrações contábeis e financeiras. Essa norma trouxe uma forma mais clara e fácil de ser entendida, diminuindo as regras para mensuração e de reconhecimento de informações a serem apresentadas nos relatórios contábeis das pequenas e médias empresas (MARTINS; CUNHA; GARCIA, 2013).

A IFRS PME pode ser implementada por vários países, mas adaptado para seguir a cultura de cada um, pois existe uma grande diversidade cultural entre os países existente ao redor do mundo (MARTINS; CUNHA; GARCIA, 2013). As empresas internacionais de pequeno e médio porte, que optaram em seguir as normas internacionais, terão que seguir conforme IFRS PME. Por não ter obrigatoriedade de publicar as demonstrações contábeis e seguir o IFRS, os proprietários das empresas podem não seguir essas normas. Uma das justificativas da não adoção é a falta de conhecimento do que se trata e da importância dessas normas internacionais para o crescimento e desenvolvimento da empresa (RIVA; SALOTTI, 2015).

Com a implantação das normas internacionais IFRS PME no Brasil, foi oficializada pela Resolução 1.255/2009 do CPC, que aprovou a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CARÍSSIMO; PINHEIRO, 2012), também conhecida como IFRS para PME ou CPC PME. O Pronunciamento Técnico CPC PME define que pequenas e médias empresas não têm obrigação pública de prestação de contas e que elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos (BRASIL, 2009). Essa norma só se tornou vigente, a partir de 01 de janeiro de 2010 conforme o Comitê dos pronunciamentos Contábeis - CPC 2009.

O CPC PME foi projetado para que seja mais fácil a adoção das normas contábeis, sendo previstas novas mudanças com períodos inferiores a três anos, enquanto as IFRS são sujeitas a mudanças anuais (DELOITTE, 2014). Embora o CPC PME seja um grande avanço e que facilita para que possam seguir as normas internacionais brasileiras, os empresários devem seguir as normas como um conjunto. Não possui penalidade para as PME brasileiras que não adotem a IFRS, mas irá depender o empenho dos profissionais contábeis das empresas a incentivar os empresários para adotar essas novas normas da NBC TG 1000 por saber a importância para o desenvolvimento da economia do país (MARTINS; LIMA, 2012).

A NBC TG 1000 trouxe de uma forma mais simplificada em comparação aos outros pronunciamentos técnicos que são aplicados nas empresas que possui obrigação de prestação pública, porém é mais amplo do que apenas uma troca de nomes de determinados itens das demonstrações contábeis. A adoção IFRS PME não é um exercício simplesmente técnico, mas envolve uma reordenação de informações nas demonstrações contábeis. A conversão para a IFRS PME irá repletar os fundamentos do modelo de negócios que existem nas pequenas e médias empresas, onde fornecerá as empresas uma oportunidade para replanejar e reexaminar a sua

administração, através da maneira que será feito o gerenciamento interno nas empresas (SILVA; SOARES, 2011).

Comparando as exigências do CPC PME com as normas internacionais convergidas ao Brasil para empresas de capital aberto, as demonstrações contábeis possuem algumas diferenças entre elas, mas nas partes principais são iguais como os conceitos, os procedimentos que se devem ser seguidos, definições das contas e os prazos de divulgação. A diferença entre elas são a exclusão da necessidade de alguns itens a serem apresentados nas demonstrações contábeis que são exigidas pelo CPCs e de outros itens que são fatores que podem dificultar as PME a elaborar seus demonstrativos. Há ainda aqueles itens que não são relevantes ou até mesmo há impossibilidade de as empresas apresentarem informações que não possuem, como por exemplo a divulgação de valor nominal de ações, distribuição de dividendos e sua quantidade em circulação (SEGURA et al., 2010).

2.3 ESTUDOS CORRELATOS

Segura et al. (2010) realizou uma pesquisa com 70 empresas de pequeno e médio porte, na qual o objetivo geral foi verificar o nível de conhecimento dos gestores das PMEs em relação a IFRS PME e para identificar os caminhos possíveis para a melhoria dos relatórios contábeis neste caso. Neste trabalho, o autor identificou que os gestores possuem um baixo nível de conhecimento, e que possuem a tendências de utilizar relatórios de forma incorreta, por não ter conhecimentos mais específicos sobre as normas.

O trabalho de Martins, Cunha e Garcia (2013) pesquisou sobre a percepção dos profissionais, professores e alunos do curso de Ciências Contábeis sobre a importância e aplicação do CPC PME no Estado da Paraíba. Para atingir os objetivos propostos foi utilizado a metodologia de aplicação de questionários, obtendo um total de 113 respondentes. Os autores afirmam que os profissionais e professores possuem um nível médio de conhecimento e os alunos um nível baixo. Justificativa por isso é que os contadores não estão preparados para aplicar esta norma e a falta confiança dos proprietários na contabilidade e por falta de informações e treinamentos por parte dos órgãos responsável pela profissão contábil.

O estudo de Costa e Paulo (2014) teve como finalidade identificar os profissionais da contabilidade, quais os conhecimentos e habilidades que são necessários para que os profissionais apliquem as normas da IFRS PME e qual o

conhecimento dos profissionais. O resultado demonstra que tem que ter um conhecimento dos conceitos da contabilidade, ética no negócio e sobre a contabilidade internacional. Ao analisar o conhecimento dos profissionais teve-se um resultado positivo, identificando que estes estão preparados para a aplicabilidade do CPC PME, onde que os profissionais estão vivenciando as mudanças nas normas e práticas da profissão.

O trabalho realizado por Faria e Silva (2014), tem por objetivo investigar quais fatores que podem influenciar os contadores da cidade de Uberlândia/MG, a adotarem o CPC PME na elaboração das demonstrações contábeis. Como objetivo específico, pesquisou sobre a adoção dos contadores ao CPC PME e quais as dificuldades na adoção deste pronunciamento. O resultado demonstra que 15% dos contadores adotam o CPC PME, e que há baixo nível de conhecimento dos contadores a respeito desta norma. Identificou ainda que os principais fatores que influenciam na adoção é a formação acadêmicos e o nível de conhecimento do CPC PME.

Outra pesquisa realizada por Lopes et al. (2015), teve como objetivo analisar os principais desafios encontrados nos profissionais contábeis para adoção do Pronunciamento Técnico PME no município de Manhuaçu/MG. A pesquisa foi realizada em 31 escritórios de contabilidade, onde um dos desafios foi a falta de interesse dos proprietários em relação das demonstrações contábeis e o custo da mão de obra para aplicação desta norma. Os autores identificaram ainda que há pouco conhecimento desta norma. A pesquisa de Silva et al. (2017), realizada na mesma amostra, identificou um baixo nível de conhecimento do Pronunciamento Técnico PME, e que a maioria dos profissionais não elaboram as demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC PME.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- Verificar o nível de conhecimento dos profissionais contábeis que atuam na cidade de Ariquemes – RO, sobre a norma internacional de contabilidade para as pequenas e médias empresas.

3.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

- Identificar o perfil dos profissionais contábeis que atuam na cidade de Ariquemes/RO.

4 METODOLOGIA

O trabalho foi elaborado através de uma pesquisa de campo descritiva, que tem objetivo primordial, onde a descrição das características um determinado fenômeno ou população, ou até mesmo, os estabelecimentos entre as variáveis (GIL, 2002) para registrar de maneira que ocorreu a pesquisa.

Obtendo-se um resultado para descrever qual nível de conhecimento sobre a contabilidade internacional para pequenas e médias empresas e identificar o perfil dos profissionais dos escritórios de contabilidade do Município de Ariquemes/RO.

Para realizar o presente estudo foi realizado um quantitativo dos escritórios de contabilidade registrados no Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia - CRCRO, precisamente no Município de Ariquemes/RO, identificando 42 escritórios de contabilidade.

Para a realização da pesquisa foi elaborado um questionário com 9 questões, visando verificar o nível de conhecimento sobre a norma internacional de contabilidade para pequenas e médias empresas e identificar o perfil dos profissionais. Antes da aplicação do instrumento de pesquisa, foi realizado pré-teste, visando a compreensão e a validade desta pesquisa.

Foi encaminhado o questionário para todos os escritórios registrados no CRCRO por e-mail, aplicativo WhatsApp e entregue impresso pessoalmente. O período utilizado para a coleta dos questionários foi de 08 de maio de 2019 à 09 de agosto de 2019, durante este período. Após esse período obtiveram-se 63 respondentes. Salienta-se que como profissionais contábeis aqueles que concluíram o curso de Ciências Contábeis, independentemente se estes já possuem o registro profissional.

5 RESULTADOS

O questionário foi encaminhado para vários escritórios do município de Ariquemes/RO, visando a melhor representatividade na amostra possível. Obteve-se assim o retorno de 63 questionários respondidos pelos profissionais de diversos escritórios de contabilidade, entre eles haviam bacharéis, técnicos e contadores.

O questionário aplicado, corresponde a 9 questões, no qual 4 questões estão relacionadas ao perfil do profissional e 5 a respeito do conhecimento dos respondente sobre NBC TG 1000.

5.1 PERFIL DOS PROFISSIONAIS

No presente estudo, o gênero feminino representa 56% e o gênero masculino 44% da amostra conforme o gráfico 1 abaixo, o qual demonstrou que possui mais mulheres na profissão contábil do que homens, no município. Ao comparar com um estudo anterior de Costa e Paulo (2014), identifica-se um resultado totalmente contrário ao presente estudo, onde 78% dos respondentes são do gênero masculino e 22% do gênero feminino. Desta forma percebe-se que nesta região não existem tantas diferenças de gêneros, quando comparado ao estudo anterior, no qual possui mais homens nesta profissão.

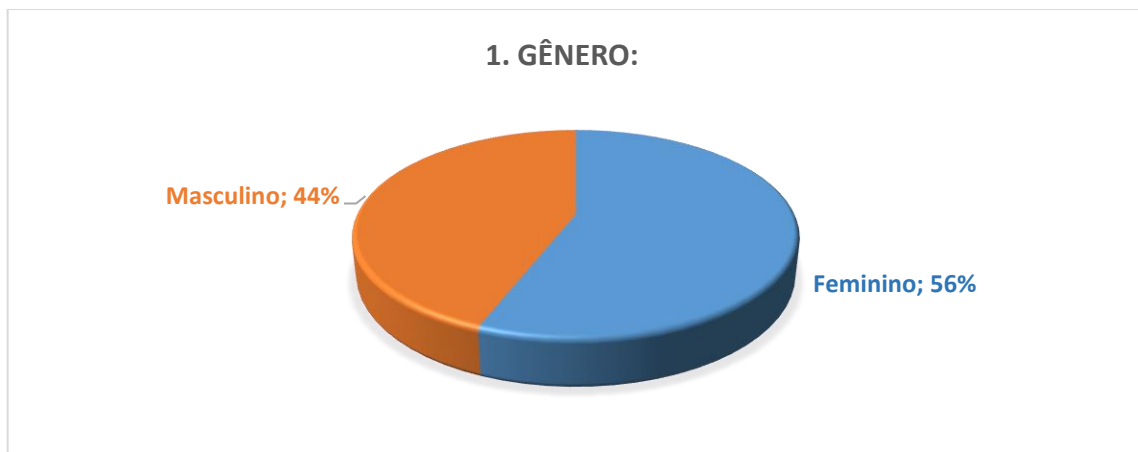


Gráfico 1 – Gênero.
Fonte: Dados da pesquisa.

No que diz respeito a formação acadêmica dos profissionais respondentes, foram identificados que possuem 76,1% contadores com registro CRC RO, 19,1% Bacharel em Ciências Contábeis e 4,8% Técnico-Contábil, sendo assim, com os dados coletados conclui-se que possui um número mais expressivo de contadores devidamente registrado no conselho que bacharéis e técnicos, conforme mostra o gráfico 2 a seguir:

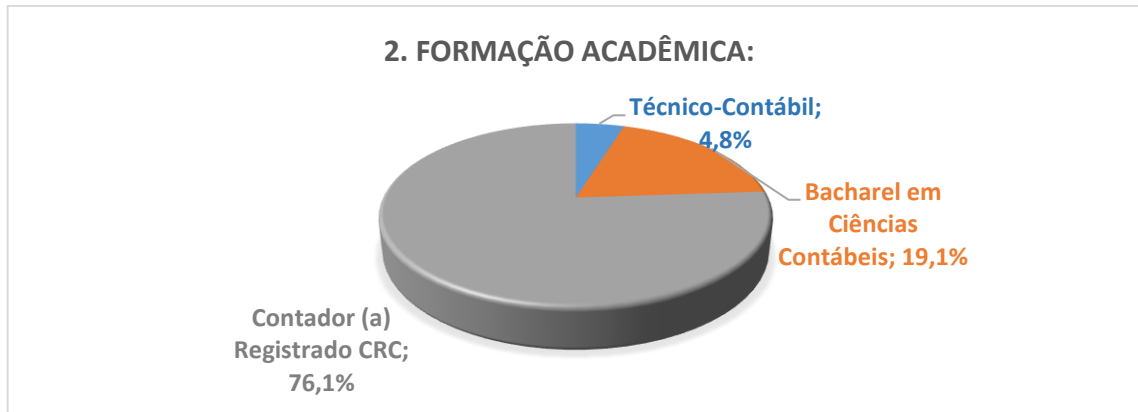


Gráfico 2 – Formação Acadêmica.
Fonte: Dados da pesquisa.

Os profissionais foram questionados, também, quanto ao tempo de atuação na área contábil, e os resultados revelaram que os atuantes na área de 1 a 3 anos correspondem a cerca de 36,16%, de 4 a 6 anos a 20,63%, de 7 a 9 anos a 23,81% e acima de 10 anos na profissão a 25,40%, constatando-se que uma grande parte dos profissionais está a pouco tempo em atividade, conforme exposto no gráfico 3 abaixo. Ao se comparar ao um estudo anterior de Faria e Silva (2014) na cidade de Uberlândia/MG, os profissionais estão há mais tempo em atuação na área sendo que foi identificado 35,71% atuantes na área de 10 a 20 anos e 57,14% a mais de 20 anos, mostrando uma diferença grande entre as pesquisas, pois, no estudo anterior o número de profissionais atuantes se mostrou mais expressivo, quanto no grupo dos que possuem mais de 10 anos na profissão.

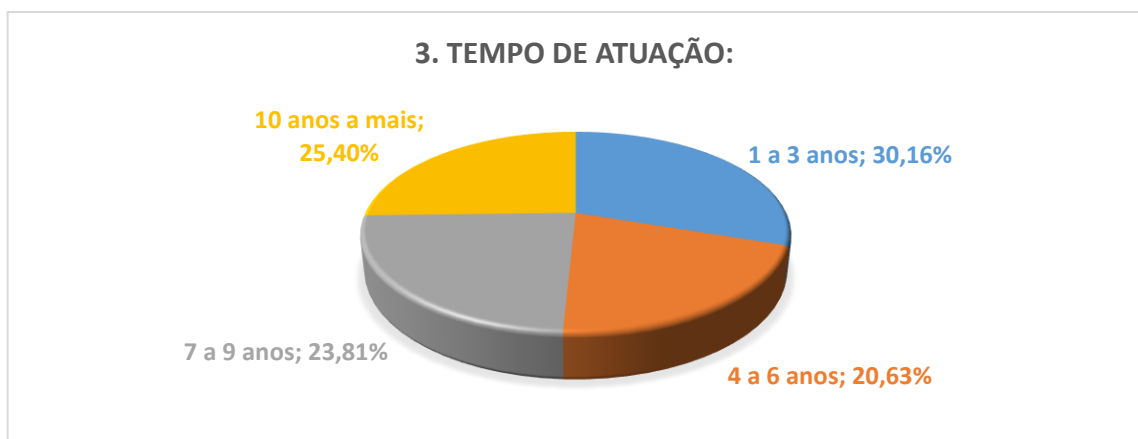


Gráfico 3 – Tempo de atuação na área.
Fonte: Dados da pesquisa.

Em um estudo semelhante, sobre a contabilidade internacional para as pequenas e médias empresas, na cidade de Maceió/AL, Martins, Cunha e Garcia (2013), identificaram que 6,2% possuem um alto conhecimento, 46% médio, 31,9% baixo e que 15% não possui conhecimento algum. Quando comparado com o resultado do estudo atual, foi identificado que o nível de conhecimento é maior ao se comparar com o estudo anterior, como demonstra no gráfico 4 abaixo, no qual 15,87% possui nível de conhecimento alto e ao estudo anterior apenas 6,2%, e que no presente estudo 9,52% não possui conhecimento algum e ao anterior o índice é mais alto, cerca de 15%.



Gráfico 4 – Conhecimento sobre NBC TG 1000.
Fonte: Dados da pesquisa.

5.2 CONHECIMENTOS DOS PROFISSIONAIS

Conforme demonstra na tabela 1 abaixo, foi elaborado esta questão para saber se os profissionais possuem conhecimento sobre o conceito de pequenas e médias empresas, segundo a NBC TG 1000, obtendo-se assim um bom resultado, onde podemos demonstrar que 63,49% dos respondentes responderam corretamente, pois, de acordo com a normativa, são pequenas e médias empresas as que não têm obrigação pública de prestação de contas; e elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos. Já o resultado de um estudo anterior, de Faria e Silva (2014), demonstra que 61% dos profissionais não possuíam conhecimentos sobre o conceito de Pequenas e Médias Empresas previsto na NBC TG 1000 (R1), por não responder corretamente esse tipo de questão. Tabela 1:

Tabela 1 - Conceituação

Em relação ao conceito de Pequenas e Médias Empresas previsto na NBC TG 1000 (R1), são consideradas pequenas e médias aquelas que?	Respondentes	%
Não têm obrigação pública de prestação de conta; e elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos.	40	63,49
Elaboram demonstrações contábeis para fins gerenciais, apenas para usuários internos.	9	14,29
Nenhuma das alternativas.		
Total de respostas	63	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Os profissionais foram questionados para saber qual foi a maior dificuldade da aplicação da NBC TG 1000 nas empresas, como demonstra na tabela 2 abaixo, uma boa parte dos respondentes, cerca de 52,38%, acertaram a questão, por ser tratar de uma norma nova, a qual entrou em vigor a pouco tempo, muitos empresários ainda não possuem o conhecimento de sua importância para o desenvolvimento da empresa, sendo exatamente onde começa a dificuldade do contador em convencer a começar a seguir essas normas, pois uma das maiores dificuldades dos proprietários das empresas é o início da aplicação do controle interno, as quais poucas empresas deste porte conseguem ter, por ser necessária a apresentação das demonstrações contábeis, e a outra dificuldade é o aumento do custo da mão de obra, por exigir profissionais que possuem mais conhecimento específico dessa norma, seguindo, assim, as especificações exatas da IFRS PME. Tabela 2:

Tabela 2 - Dificuldades

Qual a maior dificuldade na área contábil quanto a aplicação da NBC TG 1000(R1) nas empresas?	Respondentes	%
Aumento dos custos com mão de obra especializada e controles internos para a empresa.	33	52,38
Aumento dos custos operacionais, motivando aumento no honorário contábil.	15	23,81
Resistência a mudanças por parte do cliente.	8	12,7
Qualificação dos profissionais contábeis.	7	11,11
Total de respostas	63	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Nessa questão abrange o fato de os profissionais saberem se as PMEs podem adotar os demais pronunciamentos contábeis. Identificou-se o percentual 60,32% acertastes a esta questão, pois, realmente as empresas de pequeno e médio porte podem sim adotar os demais pronunciamentos, porém o NBC TG 1000, pela mesma

trazer as normas contábeis específicas para as PMEs, conforme demonstra a tabela 3 a seguir:

Tabela 3 - Adoção

As PMEs podem adotar os demais pronunciamentos contábeis?	Respondentes	%
Nada impede que elas adotem os demais pronunciamentos, porém o NBC TG 1000 (R1) traz as normas contábeis específicas para as pequenas e médias empresas.	38	60,32
Não pode adotar porque as normas são diferentes uma da outra.	20	31,75
Nenhuma das alternativas.	5	7,93
Total de respostas	63	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram questionados quanto a diferença existente entre o NBC TG Estrutura Conceitual e NBC TG 1000, onde que uma grande parte dos respondentes acertaram, 61,9%, pois realmente, a NBC TG 1000 abrange muitas técnicas que são adotados pelo CPC, mas de uma forma mais simplificada, que impõe regras mais claras para a elaboração e divulgação das informações contábeis, conforme tabela 4 a seguir:

Tabela 4 - Diferenças

Qual a diferença entre o NBC TG Estrutura Conceitual e NBC TG 1000?	Respondentes	%
A NBC TG 1000 (R1) abrange muitas das técnicas e dos procedimentos adotados nos CPCs, mas de forma simplificada, impondo às companhias regras mais claras para elaboração e a divulgação das informações contábeis.	39	61,9
CPC PME e a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, são iguais em todos os aspectos.	13	20,64
São totalmente diferentes uma da outra, cada uma delas possui suas próprias técnicas específicas.	11	17,46
Total de respostas	63	100

Fonte: Dados da pesquisa.

E por último, a questão referente às notas explicativas, sabendo que as notas explicativas contêm informações adicional para apresentação das demonstrações contábeis, mas não se aplica em todos os casos nas empresas de pequeno e médio

porte, cerca de 53,97% dos respondentes acertaram esta questão, conforme disponibilizado na tabela 5 a seguir:

Tabela 5 – Notas Explicativas

As Notas Explicativas contêm informação adicional em relação à apresentação das demonstrações contábeis, elas oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens divulgados nessas demonstrações e informação acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis, portanto são necessárias?	Respondentes	%
Não se aplica em todos os casos dentro das pequenas e médias empresas.	34	53,97
Úteis para melhor entendimento e análise das demonstrações contábeis, mas não são aplicáveis em todos os casos que forem pertinentes.	15	23,81
As notas explicativas não visam fornecer as informações necessárias para esclarecimento da situação patrimonial.	3	4,76
Nenhuma das alternativas.	11	17,46
Total de respostas	63	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se, com a análise dos dados coletados, que há um bom nível de conhecimento dos profissionais atuantes sobre contabilidade internacional para pequenas e médias empresas no município de Ariquemes/RO.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar o perfil e avaliar o nível de conhecimento dos profissionais atuantes dos escritórios de contabilidade sobre NBC TG 1000 no município de Ariquemes/RO.

As questões da pesquisa objetivaram quantificar quanto ao perfil dos profissionais contábeis, onde dos 63 respondentes, uma grande parte são do gênero feminino que atuam na área. A respeito da formação acadêmica dos profissionais que trabalham nesta profissão, cerca de 76%, são contadores devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade, dentre os respondentes, 52% dizem possuir um nível bom de conhecimento.

Conclui-se que, ao analisar os dados, ficou identificado que os contadores possuem conhecimento considerável a respeito das normas internacionais para pequenas e médias empresas, onde foi mensurado um percentual de 58,41%. Com um resultado positivo, demonstra que os contadores dos escritórios de contabilidade estão atentos às normas em questão.

Em comparação com outros estudos anteriores, grande parte não possuíam o conhecimento necessário, levando em consideração a época em que foram levantados esses dados, a respeito destas normas, fica claro que, por se tratar de uma norma nova, os profissionais não teriam mesmo tanto conhecimento a respeito. Com o passar o tempo, os profissionais passaram a ter mais conhecimento, devido à maior viabilidade das informações, a respeito da NBC TG 1000.

Por fim, esta pesquisa foi destinada ao nivelamento dos profissionais da área de contabilidade, sendo que fora possível identificar um quantitativo quanto ao perfil e nível de conhecimento das normas internacionais, ficando assim, para futuras pesquisas, a sugestão de identificar se os profissionais estão aplicando essas normas nas práticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução nº 1.055, de 07 de outubro de 2005. Diário Oficial da União, 24 out. 2005. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/cfc1055.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

CARÍSSIMO, Cláudio Roberto; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. **IFRS para pequenas e médias empresas: um estudo através dos escritórios contábeis de Minas Gerais**. 2012. Curso de Ciências Contábeis, Conselho de Contabilidade, Belo Horizonte - MG, 2012.

COSTA, Abimael de Jesus Barros; PAULO, Edilson. **IFRS para Pequenas e Médias Empresas: Conhecimentos e Habilidades Requeridos ao Profissionais Contábil na Percepção de Mestrandos e Doutorando dos PPGCCs¹**. Floriano/PI, 2014.

COUTINHO, J. S.; SILVA, A. H. C. S. **Impactos da adoção às normas internacionais de contabilidade nas companhias abertas brasileiras do setor de construção civil**. 2013.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf. Acesso em: 26 jun. 2019.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento técnico PME (R1) – contabilidade para pequenas e médias empresas**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=60>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

DELOITTE. **IFRS para PME ao seu alcance** – 2014. Disponível em: <http://www.deloitte.com/view/pt_BR/br/Conteudos/Outras/guias/index.htm>

FARIA, Camilla Teles de Araujo; SILVA, Denise Mendes da. **A adoção do CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas**. 2014. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, Salvador, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
JESUS, Jonathan Gabriel Brune de et al. **International Financial Reporting Standards (IFRS) para Pequenas e Médias Empresas Percepção dos Contabilistas de Juazeiro -BA**. 2015.

JESUS, Jonathan Gabriel Brune de; COSTA, Ricardo Ferreira da; SILVA, Agnaldo Batista da; MENEGOTO, Margarete Luisa Arbugeri. **International Financial Reporting Standards (IFRS) para Pequenas e Médias Empresas: a Percepção dos Contabilistas de Juazeiro-BA**. 2015. 45 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Contábeis, Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina - Facape, Juazeiro, 2015.

KLEIN JÚNIOR, Gert Rudolfo; SOUZA, Ângela Rozane Leal de. **Adequação das novas normativas contábeis de controle patrimonial à prática das pequenas e médias empresas**. Pensar Contábil, Rio de Janeiro, 2013.

LOPES, Bruno Domingos; MARIANO, Farana de Oliveira; COSTA, Mônica de Oliveira; SOUZA, Fabricio Afonso de; GUERRA, Cicero José de Oliveira. **DESAFIO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL NA APLICAÇÃO DO CPC PME NAS PME'S DA CIDADE DE MANHUAÇU**. 2015. Curso de Ciências Contábeis, Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu, Manhuaçu, 2015.

LOURENÇO, Isabel Maria Estima Costa; BRANCO, Manuel Emílio Mota de Almeida Delgado Castelo. **Principais Consequências da Adoção das IFRS: Análise da Literatura Existente e Sugestões para Investigação Futura**. São Paulo, 2015.

MARTINS, O. S; CUNHA, A. S. L.; GARCIA, I. A. S. **Um estudo perceptivo sobre a aplicação do cpc para pequenas e médias empresas no estado da paraíba**. ReCont: Registro Contábil –Ufa I– Maceió/AL, 2013.

MARTINS, Miltes Angelita Machuca; LIMA, Grasile Barbosa de. **Normas internacionais de contabilidade para pequenas e médias empresas. 10º SIMPÓSIO DE ENSINO E GRADUAÇÃO – UNIMEP**. *Anais eletrônicos...* Piracicaba: 2012.

OLIVEIRA, Alexandre Martins Silva de et al. **CONTABILIDADE INTERNACIONAL**. São Paulo: Atlas S.a., 2008. 8 p.

RIVA, Enrico Dalla; SALOTTI, Bruno Meirelles. **Adoção do Padrão Contábil Internacional nas Pequenas e Médias Empresas e seus Efeitos na Concessão de Crédito**. São Paulo, 2015.

SEGURA, Liliane Cristina de et al. **Os gestores das PMEs e os relatórios contábeis: uma pesquisa sobre o conhecimento dos gestores com vista para a implantação do CPC para PME.** Curso de Ciências Contábeis, Belo Horizonte/mg, 2010.

SILVA, Laiza Miglior da; SANTOS, Silvana Cristina dos; SOUZA, Fabrício Afonso de; MARIANO, Farana de Oliveira; GUERRA, Cicero Jose de Oliveira. **CPC PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PMEs): UM ESTUDO PERCEPTIVO SOBRE SUA APLICAÇÃO PELOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DA CIDADE DE MANHUAÇU-MG.** 2017. Monografia - Curso de Ciências Contábeis, Petrópolis, 2017.

SILVA, Raul Corrêa da. *In:* SOARES, Jairo da Rocha (Coord.). **Normas Internacionais de Relatórios Financeiros para Pequenas e Médias Empresas – IFRS PME.** 2011.

ANEXO I

QUESTIONÁRIO SOBRE A ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS – CPC PME

Esse é um Trabalho de Conclusão de Curso da aluna de Ciências Contábeis Karine Nascimento Padilha, da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA, sob orientação da Professora Ms. Tatianne Aparecida de Oliveira Cardoso.

O presente questionário tem o objetivo geral de analisar se o CPC PME está sendo adotado nas empresas situados no estado de Rondônia. Compreendendo como objetivos específicos, verificar quais as principais dificuldades na adoção e ainda se os contadores têm conhecimento dessa norma.

Instruções para preenchimento:

1. As respostas dessa pesquisa são sigilosas, por isso, **não** é necessário se identificar.
2. As perguntas devem ser respondidas na sua totalidade. A falta de resposta pode comprometer o objetivo principal da pesquisa e validar o questionário.

QUESTIONÁRIO

1) Qual gênero:

- a. Feminino;
- b. Masculino.

2) Qual nível de escolaridade?

- a. Técnico – contábil;
- b. Bacharel em Ciências Contábeis;
- c. Profissional registrado Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

3) Possui quanto tempo nesta profissão?

- a. 1 á 3 anos.
- b. 4 á 6 anos.
- c. 7 á 9 anos.
- d. 10 anos a mais.

4) Qual é seu conhecimento sobre Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1000 (R1), o CPC PME?

- a. Muito bom.
- b. Bom.
- c. Pouco.

d. Não tem conhecimento algum.

5) Em relação ao conceito de Pequenas e Médias Empresas previsto no NBC TG 1000 (R1), são consideradas pequenas e médias aquelas que?

- a. Não têm obrigação pública de prestação de contas.
- b. Elaboram demonstrações contábeis para fins gerenciais para usuários externos.
- c. Tem ações disponíveis na Bolsa de Valores.
- d. Exploram o segmento de seguros privados.
- e. Nenhuma alternativa.

6) Qual a maior dificuldade na área contábil quanto a aplicação do NBC TG 1000 (R1) nas empresas:

- a. Aumento dos custos operacionais, motivando aumento no honorário contábil.
- b. Qualificação dos profissionais contábeis.
- c. Resistência a mudanças por parte do cliente.
- d. Aumento dos custos com mão de obra especializada e controles internos para a empresa.
- e. Nenhuma alternativa.

7) As PMEs podem adotar os demais pronunciamentos contábeis?

- a. Nada impede que elas adotem os demais pronunciamentos, porém o NBC TG 1000 (R1) traz as normas contábeis específicas para as pequenas e médias empresas.
- b. Não pode adotar porque as normas são diferentes uma da outra.
- c. Nenhuma das alternativas.

8) Qual a diferença entre o NBC TG Estrutura Conceitual e NBC TG 1000 (R1)?

- a. CPC PME e a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, são iguais em todos os aspectos.
- b. São totalmente diferentes uma da outra, cada uma delas possui suas próprias técnicas específicas.
- c. A NBC TG 1000 (R1) abrange muitas das técnicas e dos procedimentos adotados nos CPCs, mas de forma simplificada, impondo às companhias regras mais claras para elaboração e a divulgação das informações contábeis.
- d. Nenhuma das alternativas.

9) As Notas explicativas contêm informação adicional em relação à apresentada nas demonstrações contábeis. Elas oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens divulgados nessas demonstrações e informação acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis, portanto são necessárias:

- a. Não se aplica em todos os casos dentro das pequeno e médio empresas.

- b. As notas explicativas não visam fornecer as informações necessárias para esclarecimento da situação patrimonial.
- c. Úteis para melhor entendimento e análise das demonstrações contábeis, mas não são aplicáveis em todos os casos que forem pertinentes.
- d. Nenhuma das alternativas.



RELATÓRIO DE REVISÃO NO ANTIPLÁGIO

ALUNA: Karine Nascimento Padilha

CURSO: Ciências Contábeis

DATA DE ANÁLISE: 09.09.2019

RESULTADO DA ANÁLISE

Estatísticas

Suspeitas na Internet: 8,25%

Percentual do texto com expressões localizadas na internet às

Suspeitas confirmadas: **10,36%**

Confirmada existência dos trechos suspeitos nos endereços encontrados às

Texto analisado: **91,83%**

Percentual do texto efetivamente analisado (frases curtas, caracteres especiais, texto quebrado não são analisados).

Sucesso da análise: **100%**

Percentual das pesquisas com sucesso, indica a qualidade da análise, quanto maior, melhor.

Analisado por Plagius - Detector de Plágio 2.4.11
segunda-feira, 9 de setembro de 2019 17:57

PARECER FINAL

Declaro para devidos fins, que o trabalho da acadêmica **KARINE NASCIMENTO PADILHA**, n. de matrícula **23007** do curso de Ciências Contábeis, foi **APROVADO** com porcentagem conferida em 8,25%. Devendo a aluna fazer as correções que se fizerem necessárias.

Obs.: Informamos que cada aluno tem direito a passar pelo *software* de antiplágio 3 (três) vezes, sendo que, para cada vez, deverá ter feito as correções solicitadas. Para aprovação, o trabalho deve atingir menos de 10% no resultado da análise, e em caso de mais de 10%, o trabalho estará sujeito a uma última análise em conjunto com o professor orientador e a bibliotecária para emissão do parecer final, visto que o *software* pode apresentar um resultado subjetivo.

(assinado eletronicamente)
HERTA MARIA DE AÇUCENA DO N. SOEIRO
Biblioteca Júlio Bordignon
Faculdade de Educação e Meio Ambiente